

**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS****ACÓRDÃO Nº 124/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO****1- Processo TCE nº 891/2008 (5 vols.)**

Apensos: Processos 5378/2007, 7690/2007, 113/2008, 1016/2008, 1975/2008 e 1787/2008.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Câmara Municipal de Coari.

4- Exercício: 2007.

5- Responsáveis: Sr. José Wilson Matos Cavalcante, Sr. Raimundo Osni Souza de Oliveira e Sr. Lindolfo Reis Avelar, respectivamente, Presidente e Ordenadores de Despesa no período de 1/1/2007 a 13/8/2007, 14/8/2007 a 24/9/2007 e 25/9/2007 a 31/12/2007.

6- Unidade Técnica: DICOP – Relatório Conclusivo nº 8/2013 (fls. 991/997).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2495/2013-MP-EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fls. 998/999v).

8- Relator: Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Coari. Exercício de 2007.

Revelia. Contas irregulares. Multa ao Sr. José Wilson Matos Cavalcante. Multa ao Sr. Raimundo Osni Souza de Oliveira. Multa ao Sr. Lindolfo Reis Avelar. Prazo para recolhimento. Autorizada inscrição na Dívida Ativa e cobrança executiva. Determinações à origem e à DICAMI. Comunicação ao Conselho Regional de Contabilidade. Recomendação ao MPC.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c art. 18, inciso II, da Lei complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, **em consonância parcial** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- CONSIDERAR REVEL o **Sr. José Wilson Matos Cavalcante**, Presidente e Ordenador de Despesa no período de 1/1/2007 a 13/8/2007, nos termos do art. 20, §4º, da Lei Estadual n. 2.423/1996;

9.2- JULGAR IRREGULARES as contas da Câmara Municipal de Coari, referente ao período de 1/1/2007 a 13/8/2007, de responsabilidade do **Sr. José Wilson Matos Cavalcante**, Presidente e Ordenador de Despesa, nos termos do art. 22, III, “a” e “b”, da Lei Estadual n. 2.423/96;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 124/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Processo TCE/AM nº 891/2008 (5 vols.) – fl.02.

9.3- APLICAR MULTA no valor total de **R\$ 13.152,37** ao **Sr. José Wilson Matos Cavalcante**, Presidente e Ordenador de Despesa no período de 1/1/2007 a 13/8/2007, nos moldes discriminados a seguir:

I. R\$ 8.768,25 pelas impropriedades consubstanciadas nas restrições n. 12.8, 12.17, 12.20, 12.21, 12.22, 12.23, 12.24, 12.25, 12.26, 12.27, 12.28, 12.29 (letras “a”, “b”, “c” e “d”), 12.30, 12.31, 12.32, 12.34 (subitens 6.17.1, 6.17.2 e 6.17.4), 12.38 (subitem 8.1.1.3), 12.39 (subitens 8.1.2.1 e 8.1.2.2), 12.40 (subitens 8.1.2.4 e 8.1.2.5), 12.41 (subitem 8.1.3), 12.42 (subitens 8.2.3.3 e 8.2.3.5), 12.43 (subitem 8.2.4.1), 12.47, 12.48 (subitens 9.1 e 9.2) e 12.49 (subitens 11.1.1, 11.1.2, 11.2.1 e 11.2.2) do Relatório Preliminar n. 39/2010-CI/SECAMI (fls. 765/799, vol. 4), com fulcro no art. 308, VI, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pelo art. 2º, da Resolução n. 25/2012-TCE/AM;

II. R\$ 2.192,06 pela impropriedade consubstanciada na restrição n. 12.35 do Relatório Preliminar n. 39/2010-CI/SECAMI (fls. 765/799, vol. 4), com fulcro no art. 308, I, “b”, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pelo art. 2º, da Resolução n. 25/2012-TCE/AM;

III. R\$ 2.192,06 pelo não atendimento à diligência desta Corte de Contas consubstanciada na Notificação n. 569/10-SECAMI (fls. 846, vol. 5), com fulcro no art. 308, I, “a”, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pelo art. 2º, da Resolução n. 25/2012-TCE/AM.

9.4- FIXAR PRAZO de 30 (trinta) dias para o recolhimento das sanções discriminadas no subitem 19.3 deste voto aos cofres da Fazenda Pública Estadual, acrescidos de atualização monetária e dos juros de mora, devidos, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, *caput*, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

9.5- AUTORIZAR, caso os valores das sanções não sejam recolhidos dentro do prazo estabelecido, a inscrição dos débitos na Dívida Ativa pela Fazenda Pública Estadual, bem como a instauração da cobrança executiva, em consonância com o art. 173 da Subseção III e da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

9.6- CONSIDERAR EM DÉBITO o **Sr. José Wilson Matos Cavalcante**, Presidente e Ordenador de Despesa no período de 1/1/2007 a 13/8/2007, nos valores discriminados a seguir:

I. R\$ 650.356,06 em razão das impropriedades não sanadas relacionadas às notas de empenho n. 34, 35, 36, 41, 77, 134, 171, 174 e 186, conforme pode ser vislumbrado no subitem 5.1.4.1 do Relatório Preliminar n. 39/2010-CI/SECAMI (fls. 765/799, vol. 4);

II. R\$ 667.593,21 referente aos cheques elencados na letra “j” do item 2, da letra “A”, da conclusão do Relatório Conclusivo n. 33/2011-CI/SECAMI (fls. 960/985, vol. 5), desprovidos de suporte documental, não tendo sido esclarecido e comprovado a origem dos mesmos;

III. R\$ 73.778,00 pelo não comprovação dos gastos com combustível licitados por meio dos Convites n. 08/2007 e 16/2007, objeto dos subitens 6.7.1 e 6.13.2 do Relatório Preliminar n. 39/2010-CI/SECAMI (fls. 765/799, vol. 4);



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 124/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Processo TCE/AM nº 891/2008 (5 vols.) – fl.03.

IV. R\$ 279.308,59 resultante das despesas que decorreram das Cartas Convites n. 002/2007 e 010/2007, haja vista que permaneceram intactas as impropriedades detectadas pela Unidade de Engenharia, conforme se depreende no item 4 da Informação Conclusiva n. 60/2014-DICOP (fls. 1.003/1.004, vol. 5).

9.7- FIXAR PRAZO de 30 (trinta) dias para o recolhimento dos valores mencionados no subitem 19.6 deste voto aos cofres da Fazenda Pública de Coari, com comprovação perante esta Corte de Contas, acrescidos de atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art. 72, III, “a”, da Lei Estadual n. 2.423/1996 c/c art. 169, I, e art. 174, ambos da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

9.8- CONSIDERAR REVEL o Sr. **Raimundo Osni Souza de Oliveira**, Presidente e Ordenador de Despesa no período de 14/8/2007 a 24/9/2007, nos termos do art. 20, §4º, da Lei Estadual n. 2.423/1996;

9.9- JULGAR IRREGULARES a prestação de contas da Câmara Municipal de Coari, referente ao período de 14/8/2007 a 24/9/2007, de responsabilidade do Sr. **Raimundo Osni Souza de Oliveira**, Presidente e Ordenador de Despesa, nos termos do art. 22, III, “a” e “b”, da Lei Estadual n. 2.423/96;

9.10- APLICAR MULTA no valor total de **R\$ 13.152,37** ao Sr. **Raimundo Osni Souza de Oliveira**, Presidente e Ordenador de Despesa no período de 14/8/2007 a 24/9/2007, nos moldes discriminados a seguir:

I. R\$ 8.768,25 pelas impropriedades consubstanciadas nas restrições n. 12.8, 12.17, 12.23, 12.25, 12.26, 12.29 (letra “e”), 12.31, 12.33, 12.34 (subitem 6.17.3), 12.41 (subitem 8.1.4), 12.43 (subitem 8.2.4.1), 12.47, 12.48 (subitens 9.1 e 9.2) do Relatório Preliminar n. 39/2010-CI/SECAMI (fls. 765/799, vol. 4), com fulcro no art. 308, VI, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pelo art. 2º, da Resolução n. 25/2012-TCE/AM;

II. R\$ 2.192,06 pela impropriedade consubstanciada na restrição n. 12.36 (subitem 6.15.1) do Relatório Preliminar n. 39/2010-CI/SECAMI (fls. 765/799, vol. 4), com fulcro no art. 308, I, “b”, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pelo art. 2º, da Resolução n. 25/2012-TCE/AM;

III. R\$ 2.192,06 pelo não atendimento à diligência desta Corte de Contas consubstanciada na Notificação n. 570/10-SECAMI (fls. 855, vol. 5), com fulcro no art. 308, I, “a”, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pelo art. 2º, da Resolução n. 25/2012-TCE/AM.

9.11- FIXAR PRAZO de 30 (trinta) dias para o recolhimento das sanções discriminadas no subitem 19.10 deste voto aos cofres da Fazenda Pública Estadual, acrescidos de atualização monetária e dos juros de mora, devidos, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, *caput*, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

9.12- AUTORIZAR, caso os valores das sanções não sejam recolhidos dentro do prazo estabelecido, a inscrição dos débitos na Dívida Ativa pela Fazenda Pública Estadual, bem como a instauração da cobrança executiva, em consonância com o art. 173 da Subseção III e da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 124/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Processo TCE/AM nº 891/2008 (5 vols.) – fl.04.

9.13- CONSIDERAR EM DÉBITO o Sr. **Raimundo Osni Souza de Oliveira**, Presidente e Ordenador de Despesa no período de 14/8/2007 a 24/9/2007, no valor de **R\$ 191.100,00** referente aos cheques elencados no item 2, da letra “B”, da conclusão do Relatório Conclusivo n. 33/2011-CI/SECAMI (fls. 960/985, vol. 5), desprovidos de suporte documental, não tendo sido esclarecido e comprovado a origem dos mesmos;

9.14- FIXAR PRAZO de 30 (trinta) dias para o recolhimento do valor mencionado no subitem 19.13 deste voto aos cofres da Fazenda Pública de Coari, com comprovação perante esta Corte de Contas, acrescidos de atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art. 72, III, “a”, da Lei Estadual n. 2.423/1996 c/c art. 169, I, e art. 174, ambos da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

9.15- CONSIDERAR REVEL o Sr. **Lindolfo Reis Avelar**, Presidente e Ordenador de Despesa no período de 25/9/2007 a 31/12/2007, nos termos do art. 20, §4º, da Lei Estadual n. 2.423/1996;

9.16- JULGAR IRREGULARES a prestação de contas da Câmara Municipal de Coari, referente ao período de 25/9/2007 a 31/12/2007, de responsabilidade do Sr. **Lindolfo Reis Avelar**, Presidente e Ordenador de Despesa, nos termos do art. 22, III, “a” e “b”, da Lei Estadual n. 2.423/96;

9.17- APLICAR MULTA no valor total de **R\$ 14.248,40** ao Sr. **Lindolfo Reis Avelar**, Presidente e Ordenador de Despesa no período de 25/9/2007 a 31/12/2007, nos moldes discriminados a seguir:

I. R\$ 8.768,25 pelas impropriedades consubstanciadas nas restrições n. 12.3, 12.5, 12.6, 12.8, 12.9, 12.10, 12.11, 12.14, 12.17, 12.23, 12.25, 12.26, 12.31, 12.37, 12.41 (subitem 8.1.4), 12.42 (subitens 8.2.3.3 a 8.2.3.5), 12.43 (subitem 8.2.4.1), 12.47 e 12.48 (subitens 9.1 e 9.2) do Relatório Preliminar n. 39/2010-CI/SECAMI (fls. 765/799, vol. 4), com fulcro no art. 308, VI, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pelo art. 2º, da Resolução n. 25/2012-TCE/AM;

II. R\$ 1.096,03 pelo atraso no encaminhamento do Relatório de Gestão Fiscal, relacionado ao 3º quadrimestre, com fulcro no art. 308, II, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pelo art. 2º, da Resolução n. 25/2012-TCE/AM;

III. R\$ 2.192,06 pelas impropriedades consubstanciadas nas restrições n. 12.5 e 12.36 (subitem 6.16.1) do Relatório Preliminar n. 39/2010-CI/SECAMI (fls. 765/799, vol. 4), com fulcro no art. 308, I, “b”, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pelo art. 2º, da Resolução n. 25/2012-TCE/AM;

IV. R\$ 2.192,06 pelo não atendimento à diligência desta Corte de Contas consubstanciada no Edital de Notificação n. 694/10-CI/SECAMI (fls. 957/959, vol. 5), com fulcro no art. 308, I, “a”, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pelo art. 2º, da Resolução n. 25/2012-TCE/AM.

9.18- FIXAR PRAZO de 30 (trinta) dias para o recolhimento das sanções discriminadas no subitem 19.17 deste voto aos cofres da Fazenda Pública Estadual,

**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS****ACÓRDÃO Nº 124/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO****Processo TCE/AM nº 891/2008 (5 vols.) – fl.05.**

acrescidos de atualização monetária e dos juros de mora, devidos, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, *caput*, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

9.19- AUTORIZAR, caso os valores das sanções não sejam recolhidos dentro do prazo estabelecido, a inscrição dos débitos na Dívida Ativa pela Fazenda Pública Estadual, bem como a instauração da cobrança executiva, em consonância com o art. 173 da Subseção III e da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

9.20- CONSIDERAR EM DÉBITO o Sr. **Lindolfo Reis Avelar**, Presidente e Ordenador de Despesa no período de 25/9/2007 a 31/12/2007, nos valores discriminados a seguir:

I. R\$ 124.846,00 em razão das impropriedades não sanadas relacionadas às notas de empenho n. 255, 257, 283 e 284, conforme pode ser vislumbrado no subitem 5.1.4.1 do Relatório Preliminar n. 39/2010-CI/SECAMI (fls. 765/799, vol. 4);

II. R\$ 6.000,00 em razão da falta de esclarecimentos relacionados a sua origem e destino, haja vista o exposto no subitem 5.2.4 do Relatório Preliminar n. 39/2010-CI/SECAMI (fls. 765/799, vol. 4);

III. R\$ 117.059,78 referente aos cheques elencados na letra “d”, do item 4, da letra “D”, da conclusão do Relatório Conclusivo n. 33/2011-CI/SECAMI (fls. 960/985, vol. 5), desprovidos de suporte documental, não tendo sido esclarecido e comprovado a origem dos mesmos;

IV. R\$ 1.000,00 resultante da diária paga indevidamente ao Sr. Lindolfo Reis Avelar (Nota de Empenho n. 254), objeto do subitem 8.2.9.5 do Relatório Preliminar n. 39/2010-CI/SECAMI (fls. 765/799, vol. 4).

9.21- FIXAR PRAZO de 30 (trinta) dias para o recolhimento dos valores mencionados no subitem 19.20 deste voto aos cofres da Fazenda Pública de Coari, com comprovação perante esta Corte de Contas, acrescidos de atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art. 72, III, “a”, da Lei Estadual n. 2.423/1996 c/c art. 169, I, e art. 174, ambos da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

9.22- DETERMINE à Câmara Municipal de Coari que adote as providências descritas na letra “F” da conclusão do Relatório Conclusivo n. 33/2011-CI/SECAMI (fls. 960/985, vol. 5), ficando à cargo da próxima Comissão de Inspeção verificar o seu cumprimento;

9.23- RECOMENDAR à Câmara Municipal de Coari que observe com maior rigor a legislação pertinente aos temas tratados nos autos;

9.24- DETERMINAR à Diretoria de Controle Externo da Administração dos Municípios do Interior - DICAMI que, na próxima inspeção, verifique se a origem atendeu o disposto nos subitens 19.22 e 19.23 deste voto;

9.25- COMUNICAR à Câmara Municipal de Coari que a eventual reincidência nas impropriedades constatadas nos autos poderá acarretar na irregularidade das contas futuras, conforme prevê o art. 22, III, §1º, da Lei Estadual n. 2.423/96;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 124/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Processo TCE/AM nº 891/2008 (5 vols.) – fl.06.

9.26- COMUNICAR ao Conselho Regional de Contabilidade, para fins de ciência, sobre o teor dos subitens 12.3, 12.6, 12.7, 12.11 e 12.14 do Relatório Preliminar n. 39/2010-CI/SECAMI (fls. 765/799, vol. 4), por estarem relacionadas a condução dos trabalhos do Sr. João Souza Duarte, Contador inscrito no CRC/AM n. 8159;

9.27- RECOMENDAR ao Ministério Público de Contas que, se for o caso, represente ao Ministério Público Estadual acerca das irregularidades consignadas neste caderno processual para que sejam adotadas as medidas cabíveis à espécie, nos termos do art. 114, III, da Lei Estadual n. 2.423/1996 e art. 54, XII, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

9.28- ARQUIVAR os processos n. 7.690/2007, 1.975/2008 e 5.378/2007.

10- Ata: 7ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 06 de março de 2014.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Convocada).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral